

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS - PORTUGUÊS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Julia Gonçalves Castro

**A representação da escola em duas obras da literatura brasileira e o gosto pela
leitura literária: reflexões sobre um desencontro**

**DELMIRO GOUVEIA – AL
2022**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS - PORTUGUÊS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**A representação da escola em duas obras da literatura brasileira e o gosto pela
leitura literária: reflexões sobre um desencontro**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Letras da
Universidade Federal de Alagoas como
pré requisito à obtenção do título de
graduação em Letras - Português.
Orientando: Julia Gonçalves Castro
Orientador: Pr. Dr. Paulo José Silva
Valença

DELMIRO GOUVEIA – AL

2022

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca do Campus Sertão
Sede Delmiro Gouveia

Bibliotecária responsável: Renata Oliveira de Souza CRB-4/2209

C355r Castro, Julia Gonçalves

A representação da escola em duas obras da literatura brasileira e o gosto pela leitura literária: reflexões sobre um desencontro / Julia Gonçalves Castro. - 2022
44 f.: il.; 30 cm.

Orientação: Paulo José Silva Valença.
Monografia (Licenciatura em Letras) – Universidade Federal de Alagoas. Curso de Licenciatura em Letras. Delmiro Gouveia, 2022.

1. Educação. 2. Literatura brasileira. 3. Formação escolar. 4. Leitura. 5. Sistema educacional - Século XIX. 6. O Ateneu – Raul Pompéia. 7. Infância – Graciliano Ramos. I. Valença, Paulo José Silva. II. Título.

CDU: 82-311.1:37.014.55

**A representação da escola em duas obras da literatura brasileira e o gosto pela
leitura literária: reflexões sobre um desencontro**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Federal de Alagoas, UFAL, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Letras, tendo como orientador o Prof. Dr. Paulo José Silva Valença. Aprovada em 25.5.2022.

BANCA EXAMINADORA

g vb

Documento assinado digitalmente
PAULO JOSE SILVA VALENCA
Data: 21/06/2022 17:03:12-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Dr. Paulo José Silva Valença (UFAL - ORIENTADOR)

g vb

Documento assinado digitalmente
DEBORA RAQUEL HETTWER MASSMANN
Data: 21/06/2022 18:10:03-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Dra. Débora Raquel Hettwer Massmann (UFAL – Avaliador interno)



Prof. Dr. Murilo Cavalcante Alves (UFAL – Avaliador interno)

**Delmiro Gouveia-AL
2022**

Dedicatória: Dedico este trabalho a Deus primeiramente que me deu forças e ânimo para poder concluí-lo de maneira satisfatória.

AGRADECIMENTOS

A Deus que me ajudou a alcançar meus objetivos durante todos esses anos em que estive na graduação;

a minha mãe, que, mesmo sem estar presente fisicamente, me ajudou a vencer os obstáculos da vida, através de seus ensinamentos. Seu maior desejo de me ver formada incentivou-me a continuar estudando;

a meu pai, que sempre esteve ao meu lado me apoiando, incentivando e amparando nos momentos difíceis;

aos meus tios e amigos, que, ao longo da minha caminhada acadêmica, sempre acreditaram no meu potencial e demonstraram uma amizade incondicional ao longo da vida, da graduação e deste trabalho;

ao professor Dr. Paulo José Silva Valença, por ter aceitado ser meu orientador e desempenhado seu papel com dedicação e mestria;

aos meus avaliadores, pelas correções e ensinamentos que me possibilitaram um crescimento no processo de formação profissional;

aos meus colegas de turma, com quem tive o prazer de conviver intensamente todos esses anos;

à Universidade Federal de Alagoas, pela disponibilização de recursos e materiais que me permitiram a permanência no curso;

a todos que contribuíram, direta ou indiretamente, para realização deste trabalho e para minha formação acadêmica.

RESUMO

O presente trabalho trata do desencontro entre a formação escolar no período imperial da história brasileira, tal como apresentada no romance *O ateneu*, de Raul Pompéia, e o gosto do alunado pela leitura literária, refletindo sobre esse desacordo, bem como sobre sua presença em uma obra produzida já no período moderno de nossa literatura, qual seja, *Infância*, de Graciliano Ramos. Para tanto, investigou-se a presença da literatura nos programas educacionais dos colégios recém-criados por D. João VI, além do Colégio Pedro II, onde a disciplina possuía certo prestígio, identificando a função exercida pela literatura, se criadora de uma identidade nacional com a criação de símbolos, ou se como preenchedora do vazio diante da pouca disponibilidade de cursos superiores no Brasil. Utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica, com o levantamento de livros, revistas e artigos científicos, monografias entre outros materiais científicos que versam sobre a temática, além da busca realizada nos principais indexadores e bases bibliográficas, como: Scielo, Redalyc, Google Acadêmico, entre outros. A partir da análise das obras de dois importantes autores um do século XIX, e outro do século XX, foi possível identificar a realidade do sistema educacional da época. Constatamos que, em obras de autores renomados da literatura nacional como Raul Pompeia e Graciliano Ramos estavam presentes relatos e principalmente críticas sobre os métodos de ensino do sistema educacional brasileiro e a forma de uso da língua portuguesa.

Palavras-chaves: Escolas; Educação; Literatura; Século XIX.

ABSTRACT

The present work is a with the mismatch between school education in the imperial period of brazilianilian history, as presented in the O Ateneu, by Raul Pompéia, and students' taste for literary reading, reflecting on this disagreement, as well as on its presence in a work produced in the modern period of our literature, Infância, by Graciliano Ramos. Therefore, the presence of literature was investigated in the educational programs of the schools, created by D. João VI, in addition to Colégio Pedro II, where the discipline had a certain prestige, identifying the role played by literature, creating a national identity with the creation of symbols, or as a filler in the void given the limited availability of higher education courses in Brazil. Bibliographic research was used as a methodology, with the survey of books, magazines and scientific articles, monographs and other scientific materials that dealt with the theme, it was carried out from the search in the main indexes and bibliographic bases, such as: Scielo, Redalyc, Academic Google, among others. From the analysis of the works of some important authors of the XIX and XX centuries, it was possible to identify the reality of the educational system at the time. We found that, in works by renowned authors of national literature such as Raul Pompeia and Graciliano Ramos, there were reports and mainly criticisms about the teaching methods of the Brazilian educational system and the way of using the Portuguese language.

Keywords: Schools; Education; Literature; XIX Century..

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. O SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO NO SÉCULO XIX.....	15
1.1. O COLÉGIO PEDRO II	18
1.2. O ENSINO DA LITERATURA NAS ESCOLAS	23
2. <i>O Ateneu e Infância</i>: crítica a um sistema educacional ineficiente e opressivo	26
2.1. <i>A ESCOLA EM INFÂNCIA, DE GRACILIANO RAMOS</i>	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS	38

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Colégio Pedro II e Igreja de São Joaquim (1856).....	22
Figura 2: Edifício histórico do Colégio Pedro II	22
Figura 3: Colégio Pedro II - Campus São Cristóvão	23
Figura 4: Raul Pompeia	27
Figura 5: Graciliano Ramos	31
Figura 6: Abílio Cesar Borges.....	36

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Analfabetismo na faixa etária de 15 anos ou mais – Brasil 1900/2010 18

INTRODUÇÃO

No início do século XIX, o número de analfabetos no Brasil era elevado, com a ausência de colégios, universidades, publicações nacionais e bibliotecas. Esse cenário decorria do obscurantismo implementado pela metrópole portuguesa, que buscava manter a lucrativa colônia em um estado de pouco desenvolvimento intelectual, evitando, assim ou adiando, a independência.

O país não possuía uma estrutura urbana suficientemente organizada, e a educação, que havia sido introduzida e sustentada pelos jesuítas, sofreu um terrível prejuízo com a expulsão desses padres. Todavia, a fuga da família real portuguesa para o Brasil, em face da invasão do território Português pelo imperador francês Napoleão Bonaparte, implicou diversas mudanças para a colônia que contribuíram para a sua independência em 1822 (BRAGA; MAZZEU, 2017).

A abertura econômica dos portos, com a liberação do comércio com países estrangeiros, bem como o incremento da produção e comercialização internas foram as primeiras medidas tomadas por D. João VI ao pisar em terras brasileiras (GOMES, 2007). Também foram verificados procedimentos para a criação de uma infraestrutura mínima capaz de suportar a sede e o funcionamento da corte portuguesa no país.

Deu-se, assim, a partir do ingresso de D. João VI no país, a retomada do projeto de educação brasileira, anteriormente prejudicado pela expulsão dos jesuítas, criando-se escolas de nível superior, inclusive a Academia Real Militar, que buscava a formação de engenheiros e médicos para não somente atender a corte, como também trazer-lhe a estrutura mínima necessária, como o saneamento básico (DE MELO, 2015).

Não existiam bibliotecas no país, sendo apenas em 1810, por meio de um decreto do Príncipe Regente, criada a Real Biblioteca, atualmente Biblioteca Nacional, a qual foi aberta ao público em 1814, com um acervo repleto de clássicos estrangeiros que acompanharam a corte portuguesa na fuga da Europa (BOAVENTURA, 2009).

Surge então nesse período uma política educacional voltada para o atendimento das necessidades imediatas da corte portuguesa instalada no Brasil, priorizando cursos técnicos e ensino superior. A alteração e a implementação do sistema educacional brasileiro só virão a sofrer mais mudanças com a independência em 1822 e o compromisso constitucional assumido em 1824, que visava à educação universal e gratuita a todos os súditos do império. Cumpre destacar que nem todos os indivíduos foram contemplados pela medida, tendo em vista a vigência da escravidão, responsável pela exclusão daqueles considerados apenas como propriedade para fins de mão de obra (BOAVENTURA, 2009).

Paralelamente à implementação dos colégios e das primeiras universidades, verificou-se o incremento de uma literatura nacional, embora se desse uma maciça presença de livros didáticos portugueses e franceses como subsidio da base curricular (LAJOLO & ZILBERMAN, 2011; JOBIM, 2000).

A partir da independência, surge a necessidade de se criar uma identidade nacional, valorizando-se o indígena, em sua miscigenação com o colonizador Português, na formação da etnia brasileira, excluindo-se, porém, o elemento africano. Os escritores da época passam a ocupar-se do cenário dos tipos e dos problemas do país, iniciando a Era Nacional da literatura brasileira (DEL PRIORE, 2016).

O Romantismo e o Realismo foram estilos artístico-literário do século XIX bastante responsáveis pela constituição de personagens capazes de traduzir a identidade do homem nacional, bem como pela configuração, nas obras artísticas e literária, de aspectos da vida, da paisagem e da formação histórica brasileiros. A construção dessa identidade nacional, por meio da arte e da literatura, fez parte de um processo geral de tomada de consciência da pátria e da sociedade brasileiras como distintas da matriz europeia, um autêntico propósito de romper-se com o estatuto colonial, não somente de um ponto de vista político, e sim mais amplo, englobando a cultura em geral, as diferenciações linguísticas, entre outros aspectos identitários.

A presente pesquisa, portanto, ocupa-se de considerações sobre a história do Brasil, de modo geral, buscando compreender o papel da literatura e a sua importância no ensino e na formação da sociedade brasileira após a independência,

especialmente no Segundo Reinado. Nesse sentido, foi considerada a presença da literatura nos programas educacionais das escolas recém-criadas por D. João VI, bem como, em especial, no Colégio Pedro II, onde a disciplina possuía certo prestígio (BRAGA; MAZZEU, 2017).

A pesquisa buscou identificar o papel da literatura, no tocante a criação de símbolos da identidade nacional, assim como no incremento da vida e do debate culturais, compensando a pouca disponibilidade de cursos no Brasil, em vista de apenas haver as faculdades de medicina, direito e engenharia. Os escritores, naquele momento, empenhavam-se na interpretação dos problemas do país, engajando-se no tratamento das diversas paisagens das vidas urbana e rural, das peculiaridades linguísticas e da equiparação valorativa da cultura nacional frente ao que havia no âmbito da produção estrangeira.

Ao mesmo tempo, verifica-se a utilização da literatura para a crítica do modelo educacional brasileiro em obras como *O Ateneu*, de Raul Pompeia, que tendo estudado em dois internatos, traz em seu romance conteúdos autobiográficos críticos ao sistema educacional vigente (LAJOLO & ZILBERMAN, 2011).

A partir da fundamentação teórica obtida dos autores Mariza Lajolo, Regina Zilberman e Roberto Acízelo de Souza, tratou-se, portanto de analisar e compreender, a partir do estudo de duas obras literárias a questão de como foi possível, em face de um sistema educacional duramente criticado nessas obras, como limitado e autoritário ser possível a formação de personalidades capazes de traduzir com excelência literária um aspecto tão fundamental da sociedade brasileira: a formação do gosto pela leitura e pela escrita artísticas, tudo isso também considerando os já referidos elementos e situações da história e da sociedade brasileiras.

Conforme já apontado, além da consideração do problema educacional brasileiro sob a perspectiva de Raul Pompéia, no século XIX, enfocaremos a permanência do problema em Graciliano Ramos, no século XX, mais precisamente em sua obra *Infância* (2012).

Trabalha-se como problema da pesquisa a formação de escritores de duas épocas distintas, os apesar das críticas, em suas obras, a um sistema de ensino opressor e deficitário, não deixam de suscitar certa contradição em face de terem

frequentado um ambiente escolar hostil, mas, mesmo assim, atingirem a excelência na expressão escrita, justamente um dos alvos do ensino formal.

Este trabalho consta de dois capítulos, além da introdução e da conclusão. O primeiro capítulo traz uma panorâmica do sistema escolar no Brasil do século XIX, bem como do ensino da literatura nacional. O segundo empreende uma análise de obras de autores renomados que problematizam o sistema educacional brasileiro.

A partir do levantamento bibliográfico, foi possível identificar que, quando da chegada da família real ao Brasil, não existia um sistema educacional nacional, mas tão somente poucos vestígios deixados pelos jesuítas após a sua expulsão do país (DE MELO, 2015). Assim, o primeiro capítulo expõe sinteticamente aspectos da situação educacional em face da chegada da família real portuguesa e da continuidade desse quadro, considerando o que foi feito pela corte para atender aos imperativos do funcionamento administrativo implementado no país.

O sistema educacional brasileiro, até os dias atuais, sofre as consequências do atraso no estabelecimento de um sistema educacional, universal e gratuito, o que se reflete nas altas taxas de analfabetismo e baixos índices na qualidade do ensino no país.

O segundo capítulo se ocupa da análise de duas obras literárias, conforme já apontado selecionadas em vista da crítica que realizam ao sistema educacional brasileiro, nos moldes de uma pesquisa qualitativa, que não busca quantificar os relatos, mas sim compreender e explicar dinâmicas de relações sociais, que, no presente caso, estão configuradas, sobretudo, nas narrativas romanescas de Raul Pompéia e Graciliano Ramos. Assim é que foram considerados também elementos da vida social e institucional das épocas dos referidos escritores. Para o tratamento de nossos dados, buscamos apoio em Gerhardt & Silveira (2009).

No mais, a escolha de *O Ateneu e Infância* justificou-se pelo fato de, embora afastadas temporal e estilisticamente comprovarem a presença de elementos e fatores responsáveis pela configuração de um sistema educacional precário e opressivo, cerceador de impulsos e personalidades criativas, de uma mentalidade crítica, além do que, apesar desses aspectos negativos não impediu, porém que justamente dois indivíduos egressos do sistema criticado, viessem a consumar-se como escritores críticos e criativos.

Por fim, é importante destacar que a presente pesquisa não buscou o estudo literário exaustivo das obras, dispensando-se da análise de estilo de época e de escrita particular, bem como de aspectos retóricos e outros mais igualmente válidos no âmbito da investigação de obras literárias.

1. O SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO NO SÉCULO XIX

Até a chegada da família real portuguesa ao Brasil em 1808, a educação brasileira era bastante deficitária, tendo em vista que os jesuítas, os maiores responsáveis por sua implantação, haviam sido expulsos da colônia em 1759, sem uma contrapartida para o vazio então instalado.

A Companhia de Jesus buscava através da alfabetização a evangelização dos povos nativos do país. Os jesuítas possuíam ainda um segundo modelo educacional, que era empregado para os filhos dos colonos, sendo este um ensino mais culto. A educação dos povos nativos estava diretamente relacionada a um projeto de domesticação e aculturação da população indígena, o qual buscava tornar a colônia um negócio lucrativo (BRAGA; MAZZEU, 2017).

O projeto educacional dos jesuítas não visava, em linhas gerais, à formação de um pensamento crítico, mas tão somente o ensinamento da fé. Com a expulsão desses padres, a educação brasileira voltou a sua estaca zero, situação que só se modificou a partir da chegada da família real portuguesa em 1808 (BRAGA; MAZZEU, 2017).

A corte portuguesa veio para o Brasil, até então sua colônia, em fuga de Napoleão Bonaparte, que invadira Portugal em retaliação ao descumprimento português do bloqueio continental comercial da Inglaterra imposto pelo imperador francês (GOMES, 2007). D. João VI, príncipe-regente de Portugal, encontrou-se em uma situação politicamente desfavorável, sendo pressionado simultaneamente pelos ingleses e pelos franceses, o que o fez optar por fugir para sua colônia (GOMES, 2007).

Para o Brasil, a chegada da corte portuguesa representou um período de importantes transformações, com a abertura dos portos brasileiros ao comércio

estrangeiro, até então proibido, bem como com a concessão da liberdade de comércio e indústria, permitindo o início da produção manufatureira no país (GOMES, 2007).

Outras mudanças também foram realizadas, em se tratando da infraestrutura, como a implementação de saneamento básico, a criação de novas estradas e a construção de prédios públicos e residências para abrigar toda a corte. Com a chegada da família real portuguesa, são criação de escolas técnicas e de ensino superior, mas o período é de pouco avanço para o ensino básico e médio (BRAGA; MAZZEU, 2017).

Com a vinda da família real, há o rompimento do obscurantismo que até então caracterizava a colônia em termos culturais, o que pode ser atestado pela criação, em 1810 da primeira biblioteca pública brasileira, denominada Real Biblioteca, inicialmente composta pelos livros trazidos pela corte portuguesa (LAJOLO & ZILBERMAN, 2011).

Com a Real Biblioteca, o Gabinete Real de Leitura, a Impressão Régia e de outras bibliotecas e acervos, estimula-se a formação de um público leitor no Brasil, embora o acervo inicial contasse em sua maioria com clássicos estrangeiros, e fossem poucos aqueles que de fato frequentavam tais lugares (LAJOLO & ZILBERMAN, 2011).

Com a abertura comercial, veio também o desenvolvimento da imprensa e das tipografias, que passaram a produzir jornais, revistas e livros nacionais. Inicialmente, diante da falta de material didático para o ensino nas escolas recém-criadas, foi necessária a importação de livros didáticos. O problema é que estes eram inadequados à realidade brasileira, tendo em vista que ignoravam a natureza, a sociedade e os problemas locais bem como o nacionalismo nascente do século XIX.

Após o regresso da corte portuguesa e da independência do Brasil, verifica-se um avanço do sistema educacional brasileiro, assim como a ampliação do público leitor a partir de 1840, especialmente no Rio de Janeiro, que era a sede da monarquia. O desenvolvimento do leitor brasileiro acaba sendo associado ao desenvolvimento da sociedade burguesa, que passa a crescer com a liberação comercial do país (LAJOLO & ZILBERMAN, 2011)

Todavia, no século XIX, ainda era muito difícil que escritores conseguissem sustentar-se tão somente com a produção de livros, fosse pela elevada taxa de analfabetismo, pelo preço elevado dos livros ou ainda pelo baixo número de tipografias no país (LAJOLO & ZILBERMAN, 2011).

Uma tabela elaborada pelos pesquisadores Braga & Mazzeu (2017), mostra as taxas de analfabetismo entre 1900 e 2010.

Tabela 01: Analfabetismo na faixa etária de 15 anos ou mais – Brasil 1900/2010

ANO	População com 15 anos ou mais (em milhares)		
	Total	Analfabeta	Taxa de analfabetismo
1900	9.728	6.348	65,3
1920	17.564	11.409	65,0
1940	23.648	13.269	56,1
1950	30.188	15.272	50,6
1960	40.233	15.964	39,7
1970	53.633	18.100	33,7
1980	74.600	19.356	25,9
1991	94.891	18.682	19,7
2000	119.533	16.295	13,6
2010	144.814	13.933	9,6

Fonte: (BRAGA; MAZZEU, 2017, p. 26).

Em números absolutos, é apenas a partir de 1880 que há uma real queda do número de pessoas analfabetas no país. Quanto à taxa da população analfabeta, é apenas a partir de 1960 que se verifica uma taxa inferior a 50% da população brasileira.

A mudança inicial no sistema educacional brasileiro só aconteceu para atender aos anseios do Estado, neste caso, da família real portuguesa. Todavia, atualmente ainda é possível reconhecer a herança da implementação tardia de um sistema educacional universal e gratuito: altos níveis de analfabetismo da população brasileira, que permanecem até os dias atuais.

O progresso da educação brasileira e a sua implementação como sistema ocorre somente em 1822 a partir da independência e da previsão constitucional na Carta Magna de 1824 da educação gratuita para todos os brasileiros.

Essa garantia não abarcava a totalidade da população, mas tão somente a pequena parcela daqueles que eram considerados livres, excluindo um grande número de pessoas do acesso à educação. Além disso, a simples previsão legal não garantia a prática, de modo que ocorreram poucos avanços quanto à estruturação do sistema de ensino público e gratuito.

A constituição de um sistema de instrução elementar parece ter atravessado todo o século XIX e mesmo as primeiras décadas do século XX. Se na capital do país, nas primeiras décadas do século XX as escolas primárias ainda eram, em sua maioria, isoladas e dispersas, conforme indica Clarice Nunes (2000), de que forma a instrução primária se desenvolveria nos estados mais afastados dos centros de prestígio, como Alagoas e Pernambuco? É ainda a pesquisadora que sugere resposta a essa indagação, sublinhando que, na cidade de Salvador, as poucas escolas públicas existentes funcionavam em antigas residências, em péssimo estado de conservação (SILVA, p. 107, 2004).

Por fim, cabe destacar que, após a independência do Brasil, ocorreu também a utilização da literatura nacional para a criação de símbolos e de uma formação de uma identidade nacional do brasileiro. No final do século XIX, há inclusive a fundação da Academia Brasileira de Letras, com o objetivo de reunir escritores em fomento de um cânone literário nacional (LAJOLO & ZILBERMAN, 2011).

A identidade nacional construída a partir dos escritores do Romantismo visava à consolidação da independência política e cultural do povo brasileiro, bem como seu reconhecimento e projeções internacionais. O destaque da literatura nacional foi reforçado com a sua inclusão como disciplina própria no Colégio Pedro II, um dos colégios inaugurados após a chegada da família real, o qual se tornou referência para as instituições de ensino criadas posteriormente.

1.1. O COLÉGIO PEDRO II

O colégio Pedro II tem sua origem atribuída ao abrigo dos órfãos de São Pedro, fundado em 1733 na cidade do Rio de Janeiro pelo Frei. D. Antônio de

Guadalupe. O abrigo franciscano encaminhava para a vida eclesiástica meninos brancos órfãos de pais pobres, oferecendo aulas de música, canto-chão, gramática latina além de aulas de doutrina cristã (ARAÚJO, 2004; RODRIGUES, 2010).

Quase 30 anos após a sua fundação, o abrigo mudou suas instalações para a rua do Valongo, graças a uma doação de Manoel Campos Dias, transformando-se no seminário de São Joaquim, oferecendo, a partir de então, ensino de latim e canto-chão com um curso de duração total de quatro anos a seis anos, com os alunos divididos em pensionistas, meio-pensionistas e bolsistas (*Id. Ib.*).

O seminário tornou-se um patrimônio mantido com os recursos de doações dos fiéis e anuidades dos alunos. Por iniciativa dos bispos do Rio de Janeiro, foi construída a igreja de São Joaquim em anexo. Para custear os gastos gerais, era cobrada dos alunos pensionistas uma anuidade de 60 mil Réis, enquanto para os meio-pensionistas o valor caía para a metade. Os alunos bolsistas, que não tinham pais ou protetores que arcassem com as despesas, custeavam seus estudos e estada na instituição com trabalhos, acompanhando enterros, participando de coros e pedindo esmolas (*Id. Ib.*).

A primeira Constituição brasileira, outorgada por D. Pedro I em 25 de março de 1824, estabeleceu as bases da organização político-institucional do país. Nesse mesmo contexto, reafirmou-se a necessidade de um conjunto de escolas de instrução pública primária que fosse gratuita para toda a população em meio à grande desigualdade vivenciada, onde apenas indivíduos brancos alfabetizados tinham acesso ao ensino técnico e superior. Até então, poucos eram aqueles que podiam contar com professores ou preceptores que, no ambiente doméstico, ensinavam-lhes as primeiras letras.

As escolas de primeiras letras foram o início da propagação do ensino público primário; já os estudos secundários seguiam um modelo semelhante ao das aulas régias portuguesas e seminários, sendo aplicados na casa dos alunos. Dez anos depois, no ano de 1834, ocorreram diversas medidas políticas de cunho conservador, o que provocou a reação de tendências liberais descentralizadoras, tudo isso em meio ao período regencial, que foi de 1831 até 1840. Como resultado de certa autonomia das províncias, foram deslocadas para estas as responsabilidades do ensino primário e secundário (AZEVEDO, 1996).

Em 1837, ocorreu a promulgação do Decreto de 2 de dezembro, aniversário do ainda jovem imperador Pedro II, estabelecendo a criação de um instituto secundário que recebeu o nome de Colégio Pedro II em sua homenagem. O colégio serviu como modelo oficial para o Município da Corte e para as Províncias (DE MELO, 2015).

O colégio foi oficialmente inaugurado apenas no ano seguinte, no dia 25 de março, introduziu no país a escola leiga e o ensino seriado, este até então privilégio dos seminários. Sua mescla de moderno e tradicional se reproduz na organização curricular e no tipo de ensino ministrado, contando com o ensino do latim, além de inglês, francês e grego, sendo também ministradas aulas de física, química, álgebra, geometria e astronomia, assim como geografia, história, botânica, mineralogia e zoologia (LAJOLO & ZILBERMAN, 2011, p. 118; AZEVEDO, 1996).

Em 31 de janeiro de 1838, através do Decreto N. 8º, foi implantado no colégio o bacharelado em Letras, o que permitia aos alunos acessar, sem a prestação de exames, o curso superior nas academias da época (ARAÚJO, p. 42, 2004). Para que um aluno fosse admitido no colégio Pedro II, era exigido um exame de domínio da leitura e escrita, de gramática, de aritmética, de operações decimais, de peso e medidas, além de conhecimentos da doutrina cristã.

A idade mínima para participar da seleção era de 10 anos a 11 anos, sendo exigido que do candidato fosse cristão, com disponibilidade para estudar em tempo integral; além disso, a partir de então, o colégio deixava de ser uma instituição voltada para a classe pobre, convertendo-se em um local para a elite, não havendo mais uma opção de gratuidade, exigindo-se o pagamento anual de todos os alunos aprovados na seleção (ARAÚJO, 2004).

Figura 1: Colégio Pedro II e Igreja de São Joaquim (1856)



Fonte: (LUCENA, 2016)

Na figura 2 é possível observar o imponente edifício histórico do Colégio Pedro II atualmente, em um dos cruzamentos mais antigos do Rio, que se forma pela Rua Camerino (antigos Caminho do Valongo, Rua do Valongo e Rua da Imperatriz) e pela Avenida Marechal Floriano (antigas Ruas Estreita e Largo de São Joaquim, que em sua junção formaram a Avenida).

Figura 2: Edifício histórico do Colégio Pedro II, na Avenida Marechal Floriano em 2017.



Fonte: (SIQUEIRA, 2018).

Ao passar dos anos, houve várias reformas até a época da República, quando o Colégio se dividiu em dois setores: o Internato e o Externato. O Externato permaneceu no prédio histórico de estilo neoclássico que se vê na figura 2, já o

Internato começou a funcionar em 1888 onde hoje é o Campus São Cristóvão, cujo antigo prédio já não existe mais.

Na figura 3 é possível observar o Colégio Pedro II - Campus São Cristóvão nos dias atuais.

Figura 3: Colégio Pedro II - Campus São Cristóvão



Fonte: (LUCENA, 2016)

O Colégio Pedro II em sua história, passou por altos e baixos, tendo vivenciado momentos de prestígio e de declínio. Nos dias atuais, encontra-se em situação de prestígio, de modo que a conquista de uma vaga no colégio é considerada como motivo de satisfação para o aluno e para as famílias, tendo em vista a qualidade de seu ensino (CAVALIERE, 2008).

De Colégio da elite no final do período imperial, o Colégio Pedro II se transformou, no decorrer do século XX, em colégio das classes médias. Desde 1984, o sorteio permanece sendo o critério para ingresso no primeiro ano do ensino fundamental (antiga classe de alfabetização) e no segundo ano do ensino fundamental (antiga primeira série). No sexto ano (antiga 5ª série) e no primeiro ano do ensino médio há concurso para candidatos externos (CAVALIERE, p. 190, 2008).

A tradição do colégio e a excelência de seu ensino tornam grande a procura para o sorteio e para os concursos, muito embora a instituição seja considerada frequentemente conservadora do ponto de vista político-administrativo. Atualmente existem campi em outros bairros e até mesmo em outras cidades além da capital do

Rio de Janeiro, como em Niterói e Duque de Caxias, frutos de seu projeto de expansão (CAVALIERE, 2008).

O Colégio representa uma permanência e tradição que não podem ser estendidas ao restante do sistema educacional brasileiro, sendo um ponto da curva ao manter a excelência no ensino público e gratuito apesar das diversas mudanças nas políticas públicas educacionais do país.

1.2. O ENSINO DA LITERATURA NAS ESCOLAS

No início do século XIX, não havia uma obrigatoriedade de educação para as crianças, além de existirem poucas escolas. Esse cenário só veio a ser alterado a partir da segunda metade do século XIX, mas o acesso educacional ainda era restrito, tendo em vista que meninas e escravos não poderiam frequentar a escola.

A escola no Brasil era precária, tendo em vista que, assim como a imprensa, a indústria e o saneamento básico, foi criada tão somente para atender as necessidades geradas pela instalação da família real portuguesa no Brasil. Fato é que, até a chegada da corte lusitana, o país carecia de uma infraestrutura, faltavam tipografias, inexistiam a imprensa e as bibliotecas, o sistema educacional era composto pelos vestígios deixados pelos jesuítas (DE MELO, 2015).

Com a criação de escolas no Império, surgiu a necessidade de elaboração de livros didáticos, que não deixam de ser formadores de leitores. A publicação de livros didáticos proporcionou não somente o aumento e a criação de um público leitor no Brasil, mas também o surgimento da indústria editorial brasileira (LAJOLO & ZILBERMAN, 2011).

Com o Decreto de 30 de junho de 1821, verifica-se o crescimento do número de escolas, mas não ainda de forma suficiente. As escolas não possuíam qualquer controle por parte do Estado, não sendo acompanhadas quanto ao que era ensinado.

No Período Imperial, o ensino primário e o secundário – equivalentes ao ensino fundamental e ao ensino médio atuais – preservaram os valores pedagógicos jesuítas no que tange à formação humanística do indivíduo em conformidade com os padrões de civilidade e civilização europeus da

época. Essa filosofia humanística voltava-se à educação de homens eruditos que pudessem estar preparados para suas atividades nos círculos sociais e culturais (DE MELO, p. 121, 2015)

As ciências exatas não eram valorizadas:

“Os modos de civilidade e de civilização, relacionados à eloquência e à arte literária, definidos, esquematizados e uniformizados nos instrumentos didáticos, refletiam-se nas práticas sociais, públicas e privadas da elite intelectual brasileira e formavam suas memórias” (DE MELO, 2015, p. 123; JOBIM, 2000).

A passagem da Colônia para o Império não trouxe muito progresso educacional inicialmente, tendo em vista as dificuldades encontradas na administração do jovem país, que precisava não somente montar o aparelho estatal e se organizar, como ainda indenizar a antiga metrópole pela independência.

Os livros didáticos utilizados nos colégios e cursos superiores criados no século XIX eram importados de Portugal e não representavam a realidade brasileira, contemplando apenas a cultura e a literatura portuguesas. Com efeito, tais livros inclusive omitiam fatos históricos brasileiros, como a independência.

Iniciativa bem-sucedida ou não, o fato é que essas escolas superiores motivaram a introdução, de maneira sistemática, do livro didático no Brasil. Configura-se, assim, o entrelaçamento do livro didático com a imprensa, responsável pela produção, a escola, local da formação, e a leitura, ato de consumo. No centro dessa triangulação está o leitor, e com ele, a história das leituras, de que é simultaneamente sujeito e objeto (LAJOLO & ZILBERMAN, 2011, p. 113).

É a partir de 1840 que a situação educacional brasileira apresenta uma melhora, mas tão somente devido à presença da monarquia na cidade do Rio de Janeiro, o que permitiu a criação de mais livrarias, escolas, bibliotecas e tipografias, itens essenciais para a formação de uma sociedade leitora (DE MELO, 2015).

Na mesma época, a literatura deixava de ser um reflexo das letras portuguesas, dando lugar a assuntos nacionais; mesmo assim, continuava-

se a ler e a admirar Vitor Hugo, Lamartine e Musset. No Rio de Janeiro de 1844, eram dez as livrarias e doze as tipografias encarregadas de atualizar o gosto literário (DEL PRIORE, p. 269, 2016).

É importante destacar que no século XIX as principais medidas tomadas pelo Estado quanto à educação estavam restritas à cidade do Rio de Janeiro, por ser esta a sede da monarquia. Com a descentralização da responsabilidade do ensino, o Estado repassou às províncias a obrigação de prover a educação para os cidadãos. Todavia, cumpre destacar que as províncias não possuíam recursos financeiros para cuidar das questões educacionais.

Conforme visto no tópico anteriormente, o governo transformou o antigo Seminário de São Joaquim no Colégio Pedro II apenas para atender a formação das elites, especialmente aquela que compunha a corte e estava presente no Rio de Janeiro, retirando de sua responsabilidade demais províncias (LAJOLO & ZILBERMAN, 2011; JOBIM, 2000). É devido a isso que não existia no século XIX um ensino público e de qualidade em todo o Brasil, sendo poucos os colégios considerados como referência, como era o caso do Colégio D. Pedro II.

É apenas décadas depois da criação do Colégio Pedro II que a literatura nacional ganha destaque e passa a ser considerada uma disciplina. Diante de ser ponto de referência para outras instituições de ensino, a literatura nacional passa a ser incorporada nos currículos escolares. Todavia, a imprensa e o mercado de publicação de livros brasileiros na época eram ainda muito recentes.

Os escritores não possuíam condições de viver financeiramente apenas da escrita, por exemplo, tendo em vista que eram mal remunerados, não somente pelas editoras, mas pelo baixo número de vendas e da elevada taxa de analfabetismo no Brasil.

A educação era destinada a apenas uma parcela da população, tendo em vista que: “Ler e escrever não eram habilidades estimuladas para moças pobres, obrigando-as a realizar o trabalho doméstico e a sonhar com o casamento e a maternidade como única via de passagem para o mundo adulto” (DEL PRIORE, p. 340, 2016).

Considerando os depoimentos posteriores, o mau estado do ensino brasileiro parece persistir; e os cronistas da vida social brasileira acoplam mau estado do ensino com má qualidade e/ou inexistência de livros escolares. Sob tais condições, a formação de um público leitor se arrasta, inconclusa e rarefeita (LAJOLO & ZILBERMAN, 2011, p. 123).

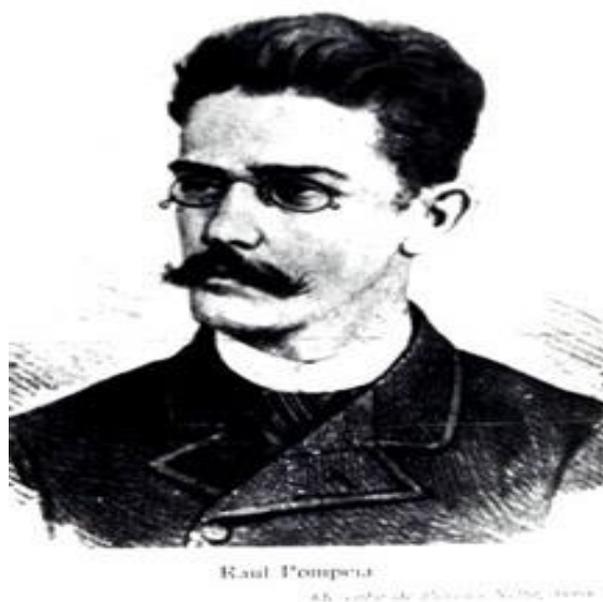
No próximo capítulo, abordaremos brevemente a crítica à escola brasileira no século XIX, no romance *O Ateneu*, de Raul Pompéia, bem como a permanência dessa crítica, porém já no século XX, em *Infância*, de Graciliano Ramos.

2. *O Ateneu e Infância*: crítica a um sistema educacional ineficiente e opressivo

Ainda com a literatura nacional praticamente em seus inícios, verifica-se uma crítica ao sistema escolar em obra canônica dessa mesma literatura. Estamos nos referindo a *O Ateneu*, de Raul Pompéia.

O autor publicou esse romance em 1888. A obra trata da história de Sérgio e de seu ingresso no internato para a conclusão de seus estudos. Inicialmente, é importante destacar que a história acaba por possuir um tom autobiográfico.

Figura 4: Raul Pompeia



Fonte: (ACADEMIA.ORG, 2020)

Segundo a biografia do autor, constatamos que Raul Pompeia iniciou os estudos no Colégio Abílio, tendo posteriormente frequentado o Colégio Pedro II. O *Ateneu* é considerado por diversos críticos como realista, embora alguns ainda defendam que, diante do estilo da narrativa, seja o único romance impressionista da literatura brasileira.

A história traz relatos do cotidiano escolar vivenciado por Sérgio e dos relacionamentos lá desenvolvidos, tanto com seus colegas de classe, como com o diretor Aristarco e com a esposa deste, Dona Emma (POMPÉIA, 1996).

Em *O Ateneu*, romance de Raul Pompeia, publicado em 1888, a ineficiência do sistema de ensino se transforma em tema, aprofundando a ideia de que a escola serve de metáfora da sociedade. Nessa obra, Pompeia conta os dois anos que o menino Sérgio, protagonista e narrador dos eventos, passou no Colégio Ateneu, réplica provável do na época prestigiado Colégio Abílio, de propriedade do já mencionado pedagogo Abílio César Borges, o Barão de Macaúbas, representado na obra por Aristarco Argolo de Ramos (LAJOLO & ZILBERMAN, 2011, p. 142).

No início de sua vida escolar no Ateneu, Sérgio entra em conflito com o diretor Aristarco, que também era um autor de livros didáticos. O diretor era rigoroso e questionou a falta de corte de cabelo de Sérgio (POMPÉIA, 1996). Na realidade, o ingresso de Sérgio no colégio corresponde a um ritual de passagem, uma mudança de vida, não somente quanto aos relacionamentos, mas ainda quanto ao seu posicionamento perante aqueles que não são de sua família.

Apesar deste ensaio da vida escolar a que me sujeitou a família, antes da verdadeira provação, eu estava perfeitamente virgem para as sensações novas da nova fase. O internato! Destacada do aconchego placentário da dieta caseira, vinha próximo o momento de se definir a minha individualidade (POMPÉIA, 1996, p.2).

O romance também traz os diversos relacionamentos de Sergio com outros colegas do internato, demonstrando as mudanças das relações sociais conforme existisse um interesse maiores ou menores nos estudos. Há também a narrativa do envolvimento entre o protagonista e a esposa do diretor, Dona Ema, que desenvolvem uma maior intimidade quando esta cuida de Sérgio por ele haver contraído sarampo. Também foi por sugestão de Emma que Sérgio cortou o cabelo para mais curto.

O relacionamento de ambos não tem continuidade, tendo em vista a ocorrência de um incêndio no internato, que destrói não somente o colégio como também a convivência das personagens, encerrando a história (POMPÉIA, 1996).

Em suas primeiras experiências no internato, Sérgio sentiu a opressão de estar cercado de amizades interesseiras. Sua primeira experiência deu-se quando a personagem foi salva de um afogamento na piscina pelo colega Sanches, o qual é suspeito de haver provocado o incidente. Após esse acontecimento, os dois começam a se aproximar, o que foi inicialmente positivo para Sérgio, visto que Sanches era considerado um bom aluno, e a amizade dos dois favoreceria o companheiro nos estudos e nas relações com os professores. No entanto, ao perceber as intenções de Sanches por um contato físico muito próximo, que não lhe agradava, Sérgio começou a afastar-se do colega, que, em represália ao desprezo, passa a prejudica-lo, usando do prestígio com qual antes favorecera o colega. Após isso, Sérgio começa a se tornar um mau aluno, passando a ser citado no "livro de notas" de Aristarco, um caderno temível, onde as faltas dos educandos eram anotadas e expostas para todo o colégio.

Após a experiência com Sanches, o protagonista experimentou várias outras amizades igualmente interesseiras, o que desmotivava cada vez mais. Além disso, Sérgio presenciou cenas terríveis dentro do internato, dentre as quais o assassinato de um funcionário.

Vemos, pela ótica do narrador-protagonista, uma severa crítica ao ambiente escolar, com as relações regidas por interesses, ora centrados no dinheiro e no prestígio social, ora na atração sexual, deixando-se de lado a questão do ensino e da aprendizagem, bem como de uma autêntica formação ético-moral. Os acontecimentos relatados dentro do internato refletiam as críticas que o autor queria expor sobre a sociedade de seu tempo.

O diretor, que era símbolo de um poder autoritário, mediava as relações dentro do Ateneu por dinheiro e interesse, o que fazia o tratamento dado aos alunos depender do adimplemento das mensalidades e da importância das famílias dos discentes na sociedade, de modo que os filhos de famílias prestigiadas recebiam atenção diferenciada e leniente, mesmo que fossem maus alunos, ao passo que os

devedores de mensalidades, oriundos de famílias menos consideradas, eram humilhados frequentemente.

As cenas de hipocrisia, sobretudo nas festas, são bem retratadas pelo narrador-protagonista, com o ambiente opressivo e obscuro do internato em flagrante contraste com os grandes eventos do Ateneu.

Sendo assim, a obra pretende atingir, com a crítica à opressão e à hipocrisia verificadas no ambiente escolar, a própria sociedade da qual o sistema educacional vinha a fazer parte.

Raul Pompéia construiu sua obra de forma que o leitor consiga relacionar a imagem do colégio no romance com qualquer outro internato da época, sem deixar evidente se tinha por base algum estabelecimento de ensino existente na vida real, muito embora o romance seja fiel aos padrões do realismo literário, podendo ser visto como uma crítica ao sistema educacional brasileiro do século XIX, sendo citado em outras obras ficcionais com temática semelhante, a exemplo de *O professor Jeremias*, de Léo Vaz, de 1921 (LAJOLO & ZILBERMAN, 2011; JOBIM, 2000).

Pelo testemunho de *O Ateneu*, verifica-se que a literatura brasileira já era objeto de estudo nas escolas da época, conforme o relato de Sérgio:

Com a facilidade da sua elocução, fez o Dr. Cláudio a crítica geral da literatura brasileira: a galhofa de Gregório de Matos e Antônio José, a epopéia de Durão, o idílio da escola mineira, a unção de Sousa Caldas e S. Carlos, a influência de Magalhães, os ensaios do romance nacional, a glória de Gonçalves Dias e José de Alencar (POMPÉIA, 1996, p.53).

Segundo Lajolo & Zilberman (2011), *O Ateneu* foi apenas uma das diversas obras da literatura brasileira da época que criticavam e questionavam de forma mais direta a formação escolar do século XIX, obras essas que, assim como a de Raul Pompéia, exploravam o ambiente escolar para uma crítica do sistema educacional vigente e da sociedade que o alimentava, com a narrativa romanceada a misturar fatos e situações da vida real com elementos da imaginação do escritor.

Por fim, é importante destacar que a história de Sérgio não traz somente relatos da formação escolar, mas também descreve o sistema de produção e distribuição das obras da época, ao tratar da história do pedagogo e diretor do

Ateneu que, assim como outros professores daquele tempo, ocupou-se da produção de livros didáticos para a utilização nas escolas (POMPEIA, 1996; JOBIM, 2000).

2.1. A ESCOLA EM INFÂNCIA, DE GRACILIANO RAMOS

A escola como ambiente merecedor de críticas, passado o século XIX, será abordada já no período modernista da literatura nacional, conforme pretendemos mostrar, a partir de agora, com a apresentação de análise de *Infância*, de Graciliano Ramos.

Nessa obra memorialística, Ramos, se ocupa, entre outros aspectos, de sua experiência, quando criança, com o sistema educacional. Assim, o autor rememora os bons e os maus momentos de sua infância, inclusive os relacionados com os estudos no lar e na escola, narrando as dificuldades que encontrava em seu processo de alfabetização.

Figura 5: Graciliano Ramos



Fonte: (LEBENSZTAYN, 2009)

A *Infância*, assim como *O Ateneu*, remete a uma escola de modelo patriarcal, onde a aplicação de castigos físicos aos alunos era corriqueira, com toda a severidade de um sistema de ensino pouco favorável à criatividade e à mínima postura crítico-reflexiva. Pode-se relacionar esse tipo de sistema, onde o aluno deve ser submisso em tudo, sendo tratado com rispidez, à mercê do uso da coação ou inibição físicas, do assédio moral, entre outras mazelas, para controlar o jovem, a ambientes para os quais são enviados crianças e adolescentes infratores.

A escola exigia a palmatória, mas não me consta que o modesto emblema de autoridade e saber haja trazido lágrimas a alguém. D. Maria nunca o manejou. Nem sequer recorria às ameaças (...). As reações de desagrado eram raras e breves. A excelente criatura logo se fatigava da severidade, restabelecia a camaradagem, rascunhava palavras e algarismos, que reproduzíamos (RAMOS, 1993, p.111).

Em sua narrativa, Graciliano relata o tratamento que recebia dos educadores. Dona Maria, sua primeira professora, embora tivesse um conhecimento limitado, era atenciosa para com os alunos e não se utilizava de ameaças ou de palmatórias, ao contrário do que era determinado pela escola.

O autor consegue trabalhar de forma eficiente a crítica ao sistema pedagógico, demonstrando questionamentos que podem ser atribuídos ainda aos dias atuais. A obra assinala, entre outros aspectos, a discrepância entre a matéria ensinada e a realidade do dia a dia, a falta de domínio do próprio professor sobre o conteúdo ministrado, como bem exemplifica a situação em que o narrador-protagonista, desconhecendo a forma “ter-te-ão”, percebe, ao perguntar sobre ela à professora, que nem esta conhecia a construção.

O narrador deixa claro o desgosto pelo processo de ensino e pela escola, principalmente ao relatar os momentos em que tentava esquivar-se das aulas e ao demonstrar a dificuldade de compreensão de questões básicas, como a mudança de ano registrada no documento que se alterara de 1899 para 1900.

Localizaram-me no corredor - e, pouco fiscalizado, quase despercebido, reabri desgostoso o terceiro livro de leitura do Barão de Macaúbas, tornei a encaixar nas regras de pontuação (...). Mandavam-me rabiscar algumas linhas pela manhã. Logo no início desse terrível dever, o pior de todos, surgiu uma novidade que me levou a desconfiar da instrução de Alagoas: no interior de Pernambuco havia 1899 depois dos nomes da terra e do mês;

escrevíamos agora 1900, e isto me embrulhou o espírito. Faltou-me a explicação necessária (RAMOS, 1993, p. 164).

A personagem principal de *Infância*, além da passagem por mais de uma escola, recebeu também ensino na forma de instrução particular, tendo estudado “numa casa de jardim, com duas ou três palmeiras”:

Tiraram-me da escola da mestiça, puseram-me na de um mestiço, não porque está se avantajasse àquela, mas porque minha família se mudou para rua da Matriz, e d. Maria do Ó, no Juazeiro, ficava longe, graças a Deus. O novo mestre funcionava no largo do Comércio, numa casa de jardim com duas ou três palmeiras. Este não tinha lugar definido na sociedade. Para bem dizer, não tinha lugar definido na espécie humana: era um tipo mesquinho, de voz fina, modos ambíguos, e passava os dias alisando o pixaim com uma escova de cabelos duros. (...) Eu permanecia nas histórias enigmáticas do Barão de Macaúbas. Soletrava mentalmente, sabendo que não conseguiria dizer alto as frases arranjadas no interior

(RAMOS, 1993, p. 177-8).

Assim, a obra permite certo confronto entre o ambiente do ensino público e aquele ministrado em recintos privados nos finais do século XIX e começos do século XX. Em *Infância*, o narrador registra a deficiência, não só de sua parte, em se tratando de um vocabulário cuidado, mas também da parte de Dona Maria, sua professora. Na narrativa, a escola é mostrada como lugar de sofrimento, carente de estímulos e ensino adequados à formação de um leitor ávido, que conta com a prima Emília para auxiliá-lo no processo de aprendizagem da leitura.

Invoquei, num desespero, o socorro de Emília. Eu precisava ler, não os compêndios escolares, insossos, mas aventuras, justiça, amor, vinganças, coisas até então desconhecidas. Em falta disso, agarrava-me a jornais e almanaques, decifrava as efemérides e anedotas das folhinhas. Esses retalhos me excitavam o desejo, que se ia transformando em ideia fixa. (RAMOS, 1993, p. 211).

Por fim, cumpre destacar que, por Graciliano Ramos ter nascido em 1892, os relatos do sistema educacional referem-se ao período de passagem entre o século XIX e o XX, retratando a existência de um sistema de ensino precário e ineficiente e uma alta taxa de analfabetismo, até mesmo por parte daqueles que se encontravam no processo de alfabetização.

Nascido em 27 de outubro de 1892, em Alagoas, Graciliano Ramos teve uma infância bem conturbada por conta do difícil relacionamento com o pai, o que é retratado com detalhes em *Infância*. Na juventude, o autor era visto como rebelde pela sociedade. Já adulto, chegou a ser denunciado e preso como comunista, o que soube trabalhar literariamente em outra obra de cunho autobiográfico: *Memórias do Cárcere*.

Em *Infância*, romance publicado no ano de 1945, é possível ver de forma clara a amargura e os traumas psicológicos que o autor viveu em seus primeiros anos de vida, a maioria deles resultado de seu relacionamento com o pai.

No decorrer dos capítulos, podem-se destacar quatro polos de interesses inter-relacionados pelo narrador: leitura, escola, Dona Maria e O Barão de Macaúbas.

Quanto à leitura, o autor discorre sobre quanto lhe foi frustrante a pressão imposta pelo pai para que aprendesse a ler, já que a educação naquela época era vista como garantia de prestígio social. O incentivo do pai não contribuiu para a alfabetização do filho. Além disso, sabe-se que a alfabetização, além de demandar várias habilidades do educando, envolve fatores emocionais e psíquicos que interferem positiva ou negativamente no processo, a depender de como são trabalhados.

O narrador-protagonista, embora não afetado por problemas econômicos, sofre com o afobamento do pai para que filho aprenda a ler do dia para a noite. Vendo-se frustrado em seu propósito, o pai começa a criticar e humilhar o filho, que a seus olhos, mostrava-se inábil para aprender a ler no tempo desejado. O narrador-protagonista, por sua vez, declara haver-se sentido inseguro e incapaz perante as críticas e humilhações paternas.

Em *Infância*, percebe-se a defasagem entre a realidade do cotidiano e o ensino formal, o que é agravado pelo despreparo do docente, nem mesmo informado das bases do que repassa aos alunos. Dona Maria, a professora, embora doce, carinhosa e compreensiva, não tinha domínio da variante culta da língua, deixando desorientados os alunos. Em dado momento, defrontada acerca da forma verbal do verbo “ter” no futuro do presente, com o pronome mesoclítico, dá provas

de ignorar esse fato gramatical, ficando clara a crítica por parte do narrador-protagonista ao sistema de ensino permeado de professores despreparados.

No capítulo “O Barão de Macaúbas”, o mesmo narrador-protagonista continua sua crítica a uma didática falha no tocante ao ensino da língua-padrão, com a imposição do aprendizado de uma linguagem rebuscada, descontextualizada, sem aporte numa prática textual e discursiva, fato ainda hoje visível no ensino-aprendizagem da língua escrita.

Assim, o conteúdo da narrativa de *Infância* vai ao encontro daquilo que serviu como alvo de crítica em *O Ateneu*, e ambas não deixam de ocupar-se de uma figura histórica da pedagogia brasileira, o famoso Barão de Macaúbas.

O livro de Pompeia aproveita a figura do Barão como matéria-prima da personagem do professor e diretor Aristarco, e o faz de forma caricaturesca, fundindo aspectos de uma personalidade rigorosa e cheia de vaidade do próprio ofício.

O dr. Aristarco Argolo de Ramos, da conhecida família do visconde de Ramos, do Norte, enchia o Império com o seu renome de pedagogo. Eram boletins de propaganda pelas províncias, conferências em diversos pontos da cidade, a pedidos, à sustância, atochando a imprensa dos lugarejos, caixões, sobretudo, de livros elementares, fabricados às pressas com o ofegante e esbaforido concurso de professores prudentemente anônimos, caixões e mais caixões de volumes cartonados em Leipzig, inundando as escolas públicas de toda parte com a sua invasão de capas azuis, róseas, amarelas, em que o nome de Aristarco, inteiro e sonoro, oferecia-se ao pasmo venerador dos esfaimados de alfabeto dos confins da pátria. Os lugares que os não procuravam eram um belo dia surpreendidos pela enchente, gratuita, espontânea, irresistível! E não havia senão aceitar a farinha daquela marca para o pão do espírito. E engordavam as letras, à força, daquele pão. Um benemérito. Não admira que em dias de gala, íntima ou nacional, festas do colégio ou recepções da coroa, o largo peito do grande educador desaparecesse sob constelações de pedraria, opulentando a nobreza de todos os honoríficos de berloques (POMPEIA, 1996, p. 32-3)

O Barão de Macaúbas é Abílio César Borges, pedagogo e médico, fundador do Colégio Abílio, instituição que inspira à de o Ateneu. O Barão foi uma grande figura na área educacional brasileira, sendo um dos questionadores dos castigos

físicos nas escolas, por cuja abolição lutou, recebendo o título de nobreza, pelo qual ficou conhecido, por decreto de Dom Pedro II.

FIGURA 7: Abílio César Borges



FONTE: WIKIPÉDIA (n. d.)

Em *Infância*, uma imagem do ilustre alfabetizador consta justamente da capa do livro de alfabetização que atormenta o narrador-protagonista.

Chamou-nos atenção o tratamento depreciativo do Barão de Macaúbas, tomado como inspiração do caricato diretor de o Ateneu, já que Abílio César Borges foi reconhecidamente partidário de um ensino que valorizava a leitura literária, os debates acerca de conteúdos escolares, além de haver pugnado pela extinção de castigos físicos na escola.

Na obra de Pompeia, verifica-se a crítica aos castigos físicos no colégio, a mesma empreendida pelo famoso Barão de Macaúbas, defensor da implementação de nova técnica de ensino a partir de monitorias. Sérgio, o protagonista e narrador de *O Ateneu*, declara haver aprendido a ler com as obras do Barão, mas pinta caricaturescamente Abílio César Borges como todo-poderoso:

Eu aprendera a ler pelos livros elementares de Aristarco, e o supunha velho como o primeiro [Deus], porém rapado, de cara chupada, pedagógica, óculos apocalípticos, carapuça negra de borla, fanhoso, onipotente e mau, com uma das mãos para trás, escondendo a palmatória e doutrinando à humanidade o bê-á-bá (POMPEIA, 1996, p. 46).

Na obra de Ramos, o educador é retratado de uma forma mais respeitosa, porém infundidora de uma respeitabilidade temível.

De qualquer forma, as duas obras não enxergam a escola como um ambiente propício ao gosto pela leitura literária, ao tratamento reflexivo das variantes linguísticas e das diferentes situações discursivas. Em Pompéia e em Ramos, o sistema educacional é mostrado como arraigado na vivência de uma sociedade autoritária, rigidamente hierárquica, com suas arbitrariedades e abusos de poder transladados para o microuniverso escolar.

Embora não haja sido matéria de nossa pesquisa alguns contos de Machado de Assis, conforme analisados por Gimenes & Resende (2016), também demonstram o hiato entre “uma concepção de formação contrária àquela de seu tempo, ao mesmo tempo em que se descortina a partir deste seu posicionamento crítico em relação às ideias e comportamentos sociais”.

Dessa forma, nossa pesquisa nos fez chegar a uma conclusão em que não se resolve a questão de como um sistema educacional tão falho e autoritário não tolheu talentos literários que tanto criticaram em suas obras esse mesmo sistema em suas obras. Esse questionamento gera duas propostas possíveis de solução: ou a crítica à escola realizada pelos autores é parcial, tendo sido focada apenas nos seus traumas e experiências individuais; ou a excelência literária desses autores é decorrente de um contexto exterior ao escolar.

Quanto à segunda hipótese, verifica-se que Graciliano Ramos precisou da ajuda de sua prima para se alfabetizar, não sendo a escola a responsável pelo seu interesse e seguimento de carreira como escritor (RAMOS, 1993).

Isso demonstra que, para os dois escritores, a escola não foi influenciadora em sua formação literária, mas apenas matéria a ser levada em conta por uma finalidade de crítica social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nossa introdução, deixamos explícito nosso propósito de uma abordagem panorâmica do sistema educacional brasileiro na época do Império como base de compreensão do papel da escola em se tratando da leitura e da formação literária.

No primeiro capítulo, buscou-se tratar da realidade da política educacional brasileira no século XIX, fazendo-se um breve destaque sobre a situação anterior, para que fosse possível a comparação dos avanços obtidos a partir de 1808. Esse capítulo serviu-nos de pré requisitos para que entendêssemos o contexto social do qual emergirá o sistema educacional a ser alvo de críticas por parte de dois escritores canônicos da literatura nacional.

O segundo capítulo ocupou-se justamente desses autores, em busca de uma caracterização do sistema educacional brasileiro em seu tratamento literário. Apesar de separadas pelo tempo, as obras selecionadas compartilham do imperativo da estética realista, qual seja, o da crítica a aspectos da sociedade contemporânea do autor, bem como da utilização de personalidades e cenas da vida real, como matéria de tratamento literário.

O Ateneu, de Raul Pompeia, e *Infância*, de Graciliano Ramos, destacam de forma direta e indireta as práticas e concepções do ensino no Brasil do século XIX e de parte do XX, respectivamente. Foi possível constatar que os autores trabalham de forma contundente, em cada obra, críticas ao sistema de ensino brasileiro.

Constatamos que, apesar das péssimas experiências dos narradores-protagonistas, esses seguiram com sucesso a carreira de escritores, o que põe em desacordo o papel da escola como inapta em promover a formação literária e o resultado final a mostrar-nos talentos bem-sucedidos, egressos dessa mesma escola.

O sistema educacional brasileiro teve grande avanço quando comparado ao do início do século XIX, tendo em vista alguns fatores, mas principalmente a efetivação de sua universalidade, que hoje permite a inclusão de todos no sistema educacional, que deixou de vedar o ingresso de pessoas por sua raça, gênero ou qualquer outra questão econômica ou social, ao menos na lei.

Infelizmente, ainda há diversas falhas no sistema, tal como a precariedade da infraestrutura de algumas escolas e instituições de ensino, porém atualmente verifica-se o avanço escolar, com a diminuição significativa da taxa de analfabetismo quando comparada à registrada na época da chegada da família real portuguesa no Brasil.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Biografia Raul Pompeia**. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/raul-pompeia/biografia>.

ACADEMIA.ORG. Raul Pompeia. **ACADEMIA.ORG**. 2020. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/raul-pompeia>.

ARAÚJO, José Augusto Melo de. **Debates, Pompa e Majestade: a história de um concurso docente nos trópicos no século XIX**. Dissertação de Mestrado. São Cristovão: UFS/SE, 2004.

AZEVEDO, Fernando de. **“As origens das instituições escolares”**. In: A Cultura brasileira. Parte III – A transmissão da Cultura, 6ª ed. Brasília: Editora UNB, 1996, p. 545-601.

BOAVENTURA, Edivaldo M. **A educação brasileira no período joanino in A construção da universidade baiana: objetivos, missões e afrodescendência** [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. **A educação brasileira no período joanino**. pp. 129-141. ISBN 978-85-2320-893-6. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/4r/pdf/boaventura-9788523208936-08.pdf>.

BRAGA, Ana Carolina. MAZZEU, Francisco José Carvalho. O analfabetismo no Brasil: Lições da História. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, v.21, n.1, p. 24-46, 2017.

BRASIL ESCOLA. **Abílio César Borges, barão de Macaúbas**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/biografia/abilio-cesar-borges.htm>.

CAVALIERE, Ana Maria. **O Colégio Pedro II encontra o século XXI**. Revista Contemporânea de Educação, v. 03, n. 06. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1549>.

CONFORTO, Marília. **Brasileira: a formação da identidade brasileira na história e na literatura**. Revista Textura, n. 18, jul/dez. 2008, p. 102-19. Disponível em <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/download/751/573>.

CORRÊA, Mariana Resende. **Literatura Brasileira: a crítica e a construção da identidade nacional**. Mafuá, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, n. 11, 2009. <https://mafua.ufsc.br/2009/literatura-brasileira-a-critica-e-a-construcao-da-identidade-nacional/#:~:text=O%20contexto%20hist%C3%B3rico%20brasileiro%20no,tido%20como%20peculiar%20ao%20pa%C3%ADs>.

CP2. **Memória e história do Colégio Pedro II**. 2020. Disponível em: http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/memoria_historica/index.html.

DE MELO, Carlos Augusto. **Os Manuais de Retórica e Poética: “Lugares de Memória” no Brasil Oitocentista**. Revista Fronteiras, nº 15 - dezembro de 2015. PUC-SP, São Paulo. p. 120-34. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/fronteiras/article/view/24331>.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias da gente brasileira, volume 2: Império**. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

DOS SANTOS, Beatriz Boclin Marques. **A história e os estudos sociais: O Colégio Pedro II e a reforma educacional da década de 1970**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300872125_ARQUIVO_artigo_ANPUH_2011\[2%7D.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300872125_ARQUIVO_artigo_ANPUH_2011[2%7D.pdf).

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GERHARDT, Tatiana Engel. SILVEIRA, Denise, Tolfo. (orgs.) **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIMENES, Alessandra Maria Moreira; REZENDE, Neide de Luzia de. **A educação e a escola: princípios de formação em três contos de Machado de Assis**. Machado Assis em Linha, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 101-15, Ago. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-68212016000200101&lng=en&nrm=iso

GOMES, Laurentino. **1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

JOBIM, José Luís. Resenha de: SOUZA, Roberto Acízelo Quelha de. **O império da eloquência; Retórica e Poética no Brasil oitocentista**. Revista ANPOLL, n. 08, p. 221-224, jan/jun 2000. Disponível em: <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/358/367>

LAJOLO, Marisa. ZILBERMAN. **A formação da leitura no Brasil**. 1. São Paulo: Ática, 2011. Versão ePUB.

LEBENSZTAYN, Ieda. **Graciliano Ramos e a revista Novidade: contra o lugar-comum**. Estud. av., São Paulo, v. 23, n. 67, p. 251-68, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142009000300029&lng=en&nrm=iso.

LUCENA, Felipe. **História do Colégio Pedro II**. Diário do Rio. 2016. Disponível em: <https://diariodorio.com/historia-do-colegio-pedro-ii/>

PENNA, Fernando de Araujo. **Sob o nome e a capa do imperador: A criação do colégio de Pedro Segundo e a constituição do seu currículo**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em:

https://ppge.educacao.ufrj.br/dissertacoes/dissertacao_fernando_de_araujo_penna.pdf

POMPEIA, R. **O Ateneu**: apuração do texto em confronto com o original e introdução por Therezinha Bartholo. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993.

POMPÉIA, Raul. **O Ateneu**. 16ª ed., São Paulo: Ática, 1996.

RABELLO, Ivone Daré. **Machado de Assis: um homem genial?**. J. epilepsy clin. neurophysiol., Porto Alegre , v. 14, n. 4, p. 193-196, Dec. 2008 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-26492008000400009&lng=en&nrm=iso>.

RAMOS, Graciliano. **Infância**. Posfácio de Octávio Faria, ilustrações de Darcy Penteado, 28ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1993.

RODRIGUES, Rafael Pinto *et al.* **A educação literária no colégio de Pedro Segundo** (1838-1854). 2010.

SILVA, Márcia Cabral da. **Infância, de Graciliano Ramos: uma história da formação do leitor no Brasil**. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, SP: [s.n.], 2004. Disponível em http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/269852/1/Silva_MarciaCabralda_D.pdf

SIQUEIRA, Alexandre. Edifício histórico do Colégio Pedro II, na Avenida Marechal Floriano. **Olhos de ver RJ**. 2018. Disponível em: <https://olhosdeverrj.blogspot.com/2018/02/edificio-historico-do-colegio-pedro-ii.html>.